

Muitos lembram que há seis anos, quando governador de São Paulo, escrevi um artigo na “Folha de S.Paulo” na página 3, no dia 24 de abril, exatamente abordando esta questão. Agora, no Senado, temos a presidência da Comissão de Relações Exteriores, através do meu colega senador Aloysio Nunes, de maneira que estamos à disposição para forçar o governo brasileiro a tomar uma posição a este respeito.

Vim aqui para reafirmar isso. Não tenho outro compromisso. O problema é o avião para Brasília que sai daqui a pouco de Congonhas. Fiquei preso no trânsito, não consegui chegar antes e, se não tomar cuidado, não chego em Brasília e meu projeto do voto distrital pode ser prejudicado amanhã. De maneira que vou ter que ir correndo agora para estar lá amanhã cedo.

Muito obrigado de coração. Saiba toda a comunidade armênia que estou ao seu lado.

SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Quero anunciar a presença do Sr. vice-reitor da Universidade de São Paulo, Sr.Vahan Agopyan e do presidente do Conselho Nacional Armênio, Sr. Kervok Zadick.

Enviaram cumprimentos o secretário de estado de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro; Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, procurador-geral de Justiça; Dr. João Carlos de Souza Meirelles, secretário de estado de Energia; desembargadora Sílvia Regina Pondé Galvão Devonald, presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Sr. Arnaldo Jardim, secretário de estado da Agricultura e Abastecimento; Sr. David Uip, secretário de estado da Saúde; Sr. Herman Voorwald, secretário de estado de Educação; deputado Aldo Demarchi; Sr. Lourival Gomes, secretário de estado da Administração Penitenciária; deputada Leci Brandão; Sr. José Luiz Ribeiro, secretário do Emprego e Relações do Trabalho; Sr. João Caramez, subsecretário de Assuntos Parlamentares; deputado coronel Telhada; Dr. Luiz Antônio Medeiros, superintendente regional do Trabalho e Emprego no estado de São Paulo; Dom Vartan Boghossian, bispo dos armênios católicos na América Latina. Gostaria de anunciar também o Sr. Subsecretário da Casa Civil, Sr. Rubens Cury.

Com a palavra o embaixador da República Armênia, Dr. Ahot Galoyan.

O SR. ACHAT GALOYAN - (Discurso pronunciado em língua estrangeira.)

- Tradução simultânea realizada pelo Sr. Yervant Tamdjian.

SR. YERVANT TAMDJIAN - “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Fernando Capez; Exmo. Sr. Celso Giglio, presidente desta Sessão Solene; Exmo. Sr. Deputado Estadual Pedro Tobias, autor da Lei 15.813 de 2015, que cria no estado de São Paulo o Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio. Como é conhecido, no dia 9 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas adotou a Convenção ‘Sobre Prevenção e punição dos crimes do Genocídio’, que concebe o genocídio como crime internacional. Destarte, os países que aderiram assumiram o compromisso de prevenir, bem como punir os que executaram o genocídio.

Já é uma prova inegável que os massacres em massa que foram efetuados contra a população armênia no Império Otomano durante os anos da Primeira Guerra Mundial é um genocídio. Esses massacres foram cometidos por parte do governo dos jovens turcos em diversas regiões do Império Otomano. Esses massacres haviam sido projetados por aquele governo, por cuja realização foram utilizadas as oportunidades advindas na Primeira Guerra Mundial.

Observemos que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, mais de dois milhões de armênios viviam no Império Otomano. É fato histórico que, entre os anos de 1915 a 1923, por volta de 1,5 milhão deles foram mortos, enquanto o resto foi forçado a se converter ao maometismo ou conseguiu encontrar um refúgio em vários países.

Com a prisão e subsequente extinção de centena de intelectuais e líderes comunitários armênios, que começou em 24 de abril de 1915, principalmente na capital do Império Otomano, Constantinopla, deu-se início à primeira etapa de extermínio da população armênia. Mais tarde, os armênios sobreviventes espalhados pelo mundo começaram a rememorar o dia 24 de abril como Dia de recordação das vítimas do Genocídio Armênio.

A segunda etapa do Genocídio Armênio se deu através da convocação de aproximadamente 60 mil homens ao serviço militar do exército turco. Mas esses, em pouco tempo, seriam desarmados e mortos barbaramente pelos seus colegas soldados turcos.

A terceira etapa do genocídio se destacou pela matança e brutal deportação das mulheres, crianças e velhos aos desertos de Der-Zor, na Síria. Durante essas deportações, centenas de milhares e pessoas foram assassinadas pelas milícias turcas, por gangues e grupos de bandidos curdos e tcherquezes. Milhares de outras pessoas que foram deportadas morreram de inanição, sede, muitas doenças e epidemias. Milhares de mulheres e crianças foram submetidas a diversas espécies de violências indescritíveis. E dezenas de milhares de armênios foram obrigados a renegar a sua religião e aderir ao islamismo.

Finalmente, pôs-se em prática a etapa derradeira do Genocídio Armênio, qual seja, a absoluta negação pelo governo turco das deportações em massa e a extinção coletiva perpetrada contra a nação armênia, na sua própria pátria milenar. Esta etapa ainda não foi concluída. Não obstante o fato de o Genocídio Armênio ter sido reconhecido por 23 países destacados e cinco grandes organizações internacionais, o Genocídio Armênio ainda continua sendo como um crime de lesa-humanidade, a Turquia continua ainda na sua luta imoral em não reconhecer o genocídio, utilizando como meios a distorção histórica, através de diversos meios propagandísticos infundados, lobismos e outros meios.

Neste ano completou-se o centenário do Genocídio Armênio, razão pela qual foram organizados distintos eventos evocativos em muitos países. Essas iniciativas foram fundamentadas em quatro pilares específicos, quais são: lembrança, gratidão, prevenção e renascimento. Simultaneamente, elas são mensagens que a República da Armênia e as coletividades armênicas estabelecidas em muitos países como consequência do Genocídio Armênio levam à comunidade internacional. Estes quatro pontos, esses quatro pilares trazem mensagens significativas e concretas também para rememorar todos os genocídios realizados na história da civilização humana.

Para nós armênios, a lembrança é uma obrigação moral e, ao mesmo tempo, um direito individual e coletivo inseparáveis. É obrigação moral e de direito lembrarmos os nossos um milhão e meio de mártires, lembrar das privações desumanas que centenas de milhares de pessoas sofreram, bem como as perdas dos valores materiais, culturais e espirituais que o nosso povo herdou e acumulou através de milênios. É, portanto, essa união do direito e do dever, o motivo essencial para realizarmos os eventos evocativos sob o lema ‘Lembro e reivindico’.

Não se pode discordar de quem sobreviveu ao Holocausto Judeu, o prêmio Nobel Eli Wizel, que frisou: “Esquecer os mortos é o mesmo que matá-los pela segunda vez.” Ao mesmo tempo, a memória deveria ser o melhor meio aos próprios herdeiros dos que praticaram o genocídio para encarrarem a sua própria história e a melhor oportunidade para reerguer a justiça.

A realização do genocídio não é só uma consequência do desenrolar dos fatos internos de um determinado estado ou sociedade, mas também induz à debilidade do conjunto internacional. Não foi só uma vez que ficou comprovado que a impunidade abre precedentes para outros genocídios. Tanto o Genocídio Armênio como o Holocausto foram realizados, respectivamente, durante o percurso da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais. A comunidade internacional não conseguiu prevenir tanto aqueles como outros genocídios. Hoje, por meio da lembrança, torna-se possível refletir sobre a enorme perda que a civilização mundial sofreu em consequência dos genocídios.

Além do sucessivo empenho realizado no processo de reconhecimento, condenação e consequências do Genocídio, ocupa um espaço primordial na pauta da política externa da República da Armênia a prevenção de genocídios. Nesse aspecto, tal diretriz é inter-relacionada, visto que o reconhecimento e a condenação dos genocídios no futuro contra a humanidade assumem papéis inestimáveis no processo de prevenção de crimes de lesa-humanidade.

Um dos motivos pela repetição dos genocídios e dos crimes perpetrados contra a humanidade é que não foi evidenciada suficientemente a consistência da sociedade internacional na sua união e determinação quanto ao processo de reconhecimento e condenação dos genocídios, o ambiente que gera esse crime e a exclusão da negação.

Os Paramentos e os parlamentares têm tido papel importantíssimo como estruturas pilares dos valores democráticos nessa direção.

No dia 23 de abril de 2015, a Assembleia Geral do Conselho Parlamentar do Parlamento Europeu adotou a declaração alusiva à ‘Recordação do Centenário do Genocídio Armênio’, cujo autor é o deputado da França na Assembleia Geral do Conselho Parlamentar do Parlamento Europeu e o respectivo vice-presidente René Ruken.

A declaração diz, fundamentalmente: “O genocídio é um crime terrível contra a sociedade. A prevenção de crimes semelhantes pode interromper a escalada dos conflitos, a prevenção de crimes semelhantes pode interromper os conflitos, os desastres e as tragédias humanas. A falta de condenação plena do Genocídio Armênio no devido tempo propiciou sensivelmente à indução, à condução de outros crimes perpetrados contra a humanidade posteriormente, tais como o Holocausto e demais genocídios.”

O Papa Francisco, no dia 12 de abril último, em cerimônia religiosa da Santa Missa realizada na Basílica de São Pedro, no Vaticano, declarou efusivamente a grande tragédia ‘Medz Yeghern’ dos armênios como o ‘primeiro genocídio do século 20’.

Um fato histórico, visto que foi a primeira vez que um Papa de Roma celebrou uma Santa Missa recordando o genocídio. Até então, foram registradas orações em intenção das almas das vítimas de diversos genocídios, mas não a celebração de uma Missa propriamente solene.

Convém lembrar que, sob as colunas da Basílica de São Pedro, ecoaram não só cantos religiosos do rito armênio, mas também foram ouvidos, pela primeira vez, os tons suaves e emocionantes do ‘dudug’ (espécie de flauta armênia). Participaram da Santa Missa o presidente da República da Armênia, Serj Sargsyan, o Patriarca Supremo e Catholicós de Todos os Armênios, Sua Santidade Karekin II, o Catholicós Aram I, da Grande Casa de Cilícia, e o Patriarca-Catholicós da Igreja Católica Armênia, Nersés-Bedros 19.

Não é por acaso que a Rádio do Vaticano e o site oficial trouxeram a seguinte manchete: “O 12 de abril de 2015 é um dia histórico. O coração da Basílica de São Pedro tem pulsação do batimento armênio.”

Dignos deputados desta nobre Casa, permitam-me, ao finalizar a minha palavra, manifestar sinceramente, em nome da República da Armênia, a nossa profunda gratidão pela criação, no Estado de São Paulo, do Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio, a ser celebrado doravante anualmente, no dia 24 de abril, através da Lei 15.813 de 2015, de autoria do Deputado Estadual Pedro Tobias.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Gostaria de chamar meu colega, deputado Pedro Tobias.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Boa noite a todos. Presidente Celso, obrigado por esta memória, por este convite para todos hoje. Na pessoa do embaixador, Dr. Achat, cumprimento todos os presentes.

Eu nasci no Líbano, e, para a aldeia onde nasci, há cem anos, vieram mais de dez famílias armênias. Escutei muitos relatos que falaram aqui, de pessoas idosas, na época. Imaginem o sofrimento de ficar no Líbano mais de trinta anos sem documento, porque não tinham nome, não tinham documento, não tinham nada. Depois, todos dessas dez famílias ficaram com nome de Armênio: Pedro Armênio, José Armênio.

Morei no Oriente Médio e sei o que acontece lá. Mesmo os libaneses, na Primeira Guerra Mundial, também sofreram nas mãos dos turcos. Não é só reconhecer o genocídio, mas ele precisa ser punido. Hoje, por esse grupo, nessa guerra civil no Líbano, Síria e Iraque, muitos cristãos estão sendo massacrados como aconteceu, mas em nível menor. Eles estão fazendo a mesma coisa. Esse grupo é apoiado pelo governo turco. Isso significa que faltou punição no genocídio e agora está se repetindo. Pode ser em escala menor hoje, mas muita gente está morrendo porque é cristão, não porque está guerreando contra ou a favor. É só pelo fator religioso.

Eu acho que só reconhecer o genocídio é pouco. Alguém ou o país precisa pagar pelo que fez de errado - não é só reconhecer - para não deixar acontecer de novo. E está acontecendo nessa região do Oriente Médio o mesmo massacre pelo fato de ser armênio, ser cristão, ser católico, ser o que seja.

Iso é uma coisa histórica. Esse projeto, eu agradeço aos senhores. O presidente Fernando Capez, depois que assumiu o compromisso, colocou o projeto em votação, arrumou relator especial. Ficamos um ano, porque o cônsul da Turquia e o embaixador da Turquia fizeram muita pressão nesta Casa para este projeto não ser aprovado. Por isso, quero dividir esse trabalho com Fernando Capez, mas a batalha não acabou, porque, cada vez que alguém comete algum erro, tem que pagar para evitar outro genocídio. Precisa saber que, se provocar alguma tragédia, algum genocídio, vai pagar no futuro. Sem punição, não adianta falar em lei. Qualquer lei que façamos, sem punição, não tem valor algum. Proibir fumar. Sem punição, não tem valor algum. É preciso punição.

Para terminar, deputado Celso, precisamos mandar a Assembleia para o Congresso. O deputado Celso e eu somos do mesmo partido e vamos pedir à nossa bancada no Congresso Nacional para tentar fazer uma lei que o Brasil reconheça. Depois que o Papa reconheceu isso, não tem mais desculpa. Precisa ser universal. Em qualquer país, em qualquer canto do mundo.

O Brasil é democrático, embaixador. Eu vim de fora e me instalei no Brasil. Nasci no Líbano, estudei na França, vim para cá e estou no quinto mandato de deputado. Tive dois mandatos de vereador e nunca escutei alguém falando que eu era estrangeiro.

Nosso país, o Brasil, é maravilhoso. Temos sorte de morarmos aqui, porque este país é diferente. Em qualquer país da Europa, existe racismo, sim. Mas não no Brasil. Deus que ajude este país!

Eu hoje me sinto brasileiro antes de qualquer origem minha. Qualquer estrangeiro que chega nesta terra é recebido de braços abertos.

O governador, que me ligou há meia hora, pediu que, em seu nome, desse um abraço. Nosso governador Geraldo Alckmin. Quinta-feira estava despachando com ele, e ele sancionou o projeto. Está mandando um grande abraço a todos e disse que dá todo o apoio à causa dos armênios, à tragédia dos armênios. Pouca gente, até mesmo filhos de armênios, sabe sobre essa tragédia que o povo passou na época. Eu convivi com gente que viveu nessa época - eu era criança - e contava história dessa tragédia.

Muito obrigado. Obrigado, Celso, a você também por esta reunião. Quem sabe a cada dia 24 de cada ano vai ter uma reunião na Assembleia para homenagear e lembrar, porque essa tragédia não pode ser esquecida. E a geração nova depois esquece. Precisa ser lembrado a cada ano o que aconteceu, mas vamos lutar pela punição. Não é só reconhecimento, porque têm mil maneiras de fazer punição. Com isso, algum grupo político, algum país, não se atreve a fazer outra coisa de novo. Infelizmente, estão fazendo em escala menor com o apoio do próprio regime turco, que está apoiando esse grupo extremista mulçumano que, no Oriente Médio, está matando tanta gente. Não atacam como há cem anos atrás, que eles ocupavam a região toda.

Nós que somos de origem libanesa, armênia, o que seja, os chamávamos de turcos, porque, na Primeira Guerra Mundial, quem chegava aqui chegava com passaporte turco. Por isso, muita gente odeia se você o chama de turco. Eu falo com carinho, não tenho nada a mais.

Embaixador, leve para o seu país o apoio do povo brasileiro, o apoio da Assembleia Legislativa de São Paulo. Aqui tem um bairro chamado Armênia com três milhões. Só em São Paulo e na Grande São Paulo, chega a 14, 15 milhões de habitantes.

Um grande abraço. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Muito bem, deputado Pedro Tobias, meu caro companheiro. Eu me comprometo a ir com o senhor, juntos, a Brasília levar nossa moção que apresentamos hoje, pedindo que o Congresso Nacional encaminhe e aprove da mesma forma como fizemos em São Paulo.

Com satisfação, anunciamos a apresentação do Coral Vahakn Minassian do Sama, com a música Erepuní, sob a regência do maestro Alexey Kurdjian.

- É feita a apresentação.

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Gostaria de anunciar ainda a presença do pastor André Vargas da Igreja Irmãos Armênios.

Queremos, mais uma vez, cumprimentar todos os representantes da nossa comunidade armênia presentes nesta cerimônia, agradecer a presença do Sr. Cônsul e de todas as autoridades que representam os vários segmentos da comunidade armênia no nosso estado.

Esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência agradece às autoridades, aos funcionários da Assembleia, às entidades representativas da comunidade armênia e a todos que, com suas presenças, colaboraram para o êxito desta solenidade.

Está encerrada a presente sessão.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 21 minutos.

4 DE MAIO DE 2015 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: CORONEL TELHADA, RAMALHO DA CONSTRUÇÃO e JOOJI HATO
Secretário: RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Crítica propostas do governo federal para o ajuste fiscal, as quais, em sua visão, diminuem direitos dos trabalhadores. Considera alto o número de acidentes de trabalho fatais registrados no País.
3 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Assume a Presidência.
4 - CORONEL TELHADA
Lamenta o assassinato do cabo Anderson Aparecido de Oliveira, da Polícia Militar, em tentativa de assalto na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega. Defende a ação da Polícia Militar no caso da manifestação dos professores em Curitiba, ocorrido em 29 de abril último.
5 - CARLOS GIANNAZI
Presta apoio aos professores da Rede Pública de Educação do Paraná, no caso da manifestação ocorrida em Curitiba, em 29 de abril último. Crítica os governos estaduais do Paraná e de São Paulo pela não negociação com os servidores da Educação Pública para atendimento de suas reivindicações.
6 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.
7 - CARLOS GIANNAZI
Comenta visita a Escola Estadual Oscar Pereira, da Rede Pública Estadual de São Paulo, onde constatou instalações prediais em estado precário. Exige providências dos responsáveis para se sanar o problema. Crítica o governo estadual e a FDE pelo estado da escola.
8 - CARLOS GIANNAZI
Discorre sobre ato dos servidores da Prefeitura de São Paulo pela melhoria das condições salariais. Crítica a falta de política de reposição salarial dos governos estadual e municipal de São Paulo aos seus servidores.
9 - CORONEL TELHADA
Defende as ações da Polícia Militar em reintegrações de posse e manifestações, quando há quebra da ordem pública. Afirma que a imprensa e parte da sociedade julgam errado o que acontece nestas ações.
10 - CARLOS GIANNAZI
Exibe vídeo sobre o confronto entre professores e a Polícia Militar, ocorrido em 29 de abril último. Crítica o governo do Paraná pela ação da Polícia Militar, a qual considera violenta. Julga que os governos do PSDB, do Paraná e São Paulo, têm políticas semelhantes para a Educação Pública, as quais críticas.
11 - BETH SAHÃO
Concede apoio aos professores da Rede Pública do Paraná, no caso da manifestação ocorrida em Curitiba, em 29 de abril último. Crítica o governador Beto Richa pelo ocorrido. Discorre sobre audiência pública, realizada nesta Casa, sobre a proposta de redução da maioridade penal.

GRANDE EXPEDIENTE
12 - BETH SAHÃO
Pelo art.82, crítica a proposta de redução da maioridade penal, em tramitação no Congresso Nacional. Informa que a maioria dos crimes praticados por adolescentes é roubo ou tráfico de drogas. Argumenta que faltam ações por parte do Executivo, no que tange à educação, programas sociais e culturais. Repudia o fechamento de mais de três mil salas de aula no Estado de São Paulo. Mondera que não é com a construção de unidades da Fundação Casa e presídios que se combate a criminalidade. Acrescenta que falta perspectiva para um futuro digno aos jovens. Propõe a regionalização de debates sobre o tema e diálogo com a sociedade. Adianta agenda que tem, em Brasília, ao longo desta semana. Ratifica a sua preocupação com o assunto.
13 - CORONEL TELHADA

Pelo art. 82, recorda citações de Goebbels. Questiona a eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente. Argumenta que menores criminosos devem ser responsabilizados. Lembra que a maioria da população é favorável à redução da maioridade penal. Questiona a atuação de ONGs, que sobrevivem com dinheiro público. Afirma que a "lei virou hipocrisia", e que os criminosos se escudam na legislação. Defende a redução da maioridade penal para 14 anos. Argumenta que, atualmente, o jovem tem mais informações através das mídias sociais. Dá conhecimento da rotina policial. Repudia a impunidade. Recorda a execução de brasileiros na Indonésia. Combate a morte generalizada de cidadãos e policiais. Faz reflexão sobre os trabalhos legislativos.

14 - CORONEL TELHADA
Requer o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.

15 - PRÉSIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 05/05, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão solene, hoje, às 20 horas, para "Comemorar o Dia do Contabilista". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre à sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Ramalho da Construção para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Cury. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, venho ao plenário para comentar sobre a votação que acontecerá no Congresso Nacional nesta semana, possivelmente terça ou quarta-feira, da 664 e da 665.

São medidas provisórias do governo que serão votadas. A primeira acaba com a pensão alimentícia das viúvas e a segunda acaba com o seguro desemprego. Quero aproveitar para fazer um apelo para todos os trabalhadores do Brasil, em especial todos que têm compromisso com o social, para que possamos convencer o Congresso Nacional a derrotar essas duas medidas provisórias.

Elas atingem, infelizmente, as pessoas mais simples, os trabalhadores. O seguro desemprego foi criado pelo senador José Serra, que tirou o projeto do papel. A pensão das viúvas está aí há anos. É outra lâstima, que prejudica muito as senhoras viúvas.

O ministro da Fazenda não pode querer fazer um ajuste fiscal em cima de trabalhadores, em cima das pessoas mais fracas, que são as viúvas. Por que não taxar as grandes fortunas? Por que não buscar outra forma de conseguirmos reajustar essa situação do crescimento fazendo investimentos e cortando no governo?

São 30 ministérios. Por que tantos ministérios, Sr. Presidente? Nosso Jorge Gerdau, empresário com mais de 80 anos, tem falado sempre na mídia que esses ministérios só servem para engessar todo o trabalho, e eu concordo.

Imagino que, se a presidente Dilma Rousseff tiver que fazer uma audiência por mês com cada ministro, ela vai demorar o mês todo só para conseguir conversa com eles. Então é uma coisa que engessa. Talvez o Brasil precisasse ter 15 ou 16 ministérios. Não se apresenta nenhuma proposta para cortar despesas do governo. Cortar direito dos trabalhadores - isso o governo vem fazendo. Mas espero que o Congresso derrote essas medidas provisórias, que são ruins para os trabalhadores.

O outro ponto que me está preocupando, pessoalmente, são os dados levantados hoje em quase toda a imprensa: 700 mil acidentes no trabalho por ano, dos quais se registram 2.700 mortes. Deputado Coronel Telhada, que sempre esteve defendendo o povo, no comando de nossa segurança, V. Exa. sabe que o número de 2.700 pessoas corresponde à população da maioria das cidades brasileiras. Muitas cidades não têm sequer 2.000 habitantes. E perdemos 2.700 vidas no trabalho; não são pessoas que morreram assaltando ou algo assim. São vítimas do trabalho: a pessoa estava produzindo e perdeu sua vida. Este, sim, é um gasto absurdo para a União: 72 bilhões por ano é o custo desses acidentes de trabalho, somando 700 mil acidentes mais as pessoas que morrem. Não sei se, nesse valor, está calculado todo o custo posterior, com pensão, seguro e processos que tramitam na Justiça. Sabemos que, no Brasil, infelizmente, além da insegurança jurídica, a Justiça é lenta. O quanto isso não custa aos cofres da União?

E vem o governo, com a medida provisória, cortar pensão das viúvas, que não são tantas assim no Brasil. Corta, também, o seguro-desemprego, que beneficia as pessoas principalmente neste momento, em que o desemprego cresce, saindo de 4,5% para 5% na média. Entre os jovens de 16 a 24 anos, a taxa é de 18, 3 por cento. É verdade que as pessoas sem experiência são muitas vezes demitidas pelas empresas. Mas, ao invés de motivarmos que o trabalhador jovem busque um emprego, evitando que se desvie para outros caminhos, o que temos é um grande crescimento do seu desemprego.

Sem falarmos que o nosso setor, da construção civil, passa por um desmonte imenso. Até um mês atrás, as pessoas, para financiar uma casa de até 200 mil reais, pagavam 10% na planta. Com a mudança no crédito, agora têm que pagar 20 por cento. Ora, a maioria das pessoas não consegue financiamento: a Caixa está reproovando, o que frustra o sonho da casa própria. Esse imóvel fica na construtora, na prateleira, engessado. O pior é isto: a pessoa que ficou pagando, durante 24 ou 30 meses, se quiser receber 60% ou 70% de volta, tem que entrar na Justiça, porque as construtoras estão propondo devolver apenas 3 por cento. Isso é outro absurdo desse governo. Primeiramente, cria-se um programa de habitação, chamado “Minha Casa, Minha Vida”. Infelizmente, depois, frustra-se isso tudo, deixando um buraco imenso, que emperra cada vez mais o crescimento e desenvolvimento do País, o que é ruim. Cresceu menos de 1% ano passado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolgone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando Machado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damásio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Ramalho da Construção.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, estamos nesta tribuna a fim de falar mais uma vez de problemas da nossa cidade.

No nosso caso, sempre procuramos falar sobre a Segurança pública, que é a nossa área. Servimos por mais de 33 anos nas tropas da Polícia Militar. Continuamos acompanhando atentamente a Segurança pública no estado de São Paulo.